

LEITURA E ESCRITA EM INTERAÇÃO: ATIVAÇÃO DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS E ELABORAÇÃO DE INFERÊNCIAS NA LEITURA DE PERGUNTAS DE EXAME REVELADAS PELA ESCRITA DAS RESPOSTAS¹

Ana Lúcia Tinoco CABRAL² (FADISP e UNICSUL)

RESUMO: O trabalho apresenta resultados de pesquisa em torno de estratégias para investigar processos de leitura por meio da análise de perguntas de exame e da escrita das respostas, centrando-se na ativação dos conhecimentos prévios e a elaboração de inferências, tendo como *corpus* de análise uma pergunta do Exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e vinte respostas a ela.

RESUME: Le travail présente les résultats d'une recherche sur des stratégies pour l'investigation des processus de lecture au moyen de l'analyse de questions d'examen et de l'écriture des réponses à ces questions, ayant pour thème l'activation des connaissances préalables et l'élaborations d'inférences et pour *corpus* d'analyse une question de l'examen de l'OAB (Organization des Avocats du Brésil) et vingt réponses à cette question.

1. Introdução

Uma de situação de leitura bastante freqüente na prática acadêmica que, acredito, pode fornecer elementos para a investigação sobre processos de compreensão em leitura constitui a prova ou exame. No momento da correção, o professor conta apenas com a pergunta que formulou e com a resposta do aluno que avalia, pois o aluno não participa desse momento. É, desse modo, uma situação em que o leitor não se encontra presente para cumprir o papel de informante, como ocorre normalmente nas pesquisas voltadas para a compreensão em leitura. Essa é, porém, uma situação por que todo professor passa, daí a necessidade de propostas de estratégias que permitam verificar os processos de compreensão em leitura sem o apelo direto ao informante, utilizando apenas o material lingüístico, ou seja, a pergunta e a escrita das respostas, cujas análises revelam a leitura dessa pergunta.

Em situação de pergunta didática, ou de pergunta de exame, o aluno tem, em sua memória, uma representação do tema proposto pela questão (conhecimentos prévios a respeito do tema) e a pergunta o conduz a extrair uma parte desse conhecimento; esse conhecimento vai constituir o conteúdo que o aluno tem intenção de dizer. O papel do professor é tentar inferir, a partir do que foi dito pelo aluno, o que está em sua memória.

Acredito que uma análise dos conhecimentos prévios que a pergunta exige e das inferências que os raciocínios a partir desses conhecimentos associados às informações dos textos pode fornecer elementos ao professor para melhor avaliar os conhecimentos de seus alunos. A partir desses pressupostos, desenvolvi a pesquisa cujos resultados apresento neste trabalho. Como a pesquisa nasceu a partir da prática docente a que me dedico, voltada para a leitura e escrita de estudantes de Direito, o *corpus* se compõe de uma pergunta do Exame da OAB e vinte respostas a ela. Para o desenvolvimento do trabalho, fundamentei-me na Psicolingüística, especialmente nos postulados de Le Ny (2005) e Coirier, Gaonac'h e Passerault (1996); e na Lingüística Textual, especialmente na proposta socio-cognitiva, de van Dijk (1977, 1980 e 1996) e seus seguidores.

¹ A realização desta pesquisa contou apoio financeiro da CAPES.

² altinoco@terra.com.br

2. Fundamentação Teórica

O sentido de um texto constitui uma representação mental construída por meio de um processo de leitura do qual participam, conforme postula Le Ny (2005), dois tipos de informação: a informação externa e a interna. A informação externa reúne a informação lingüística, contida no enunciado; e a pragmática, fornecida pela situação em que o leitor lê o texto. A informação interna corresponde, por sua vez, aos conhecimentos de diversas categorias, lexicais, gramaticais, e gerais, ou seja, diz respeito à informação que se encontra na mente do leitor e que será usada para dar sentido ao texto durante a leitura.

A construção dos sentidos de um texto deve ser, portanto, entendida como um processo ativo que envolve, de forma interativa, produtor, leitor e texto e depende de uma série de fatores interligados, – dados de contexto, conhecimento lingüístico (lexical, semântico e sintático), conhecimentos prévios, elaboração de inferências, estabelecimento de relações de coesão e coerência - para a elaboração de uma série de operações estratégicas e cujo resultado é a elaboração de um modelo mental do texto, uma representação.

No presente trabalho, interesse-me pelas operações envolvidas na leitura, pela forma como os leitores proficientes lidam com elas e, sobretudo, pelas dificuldades que os leitores não proficientes enfrentam ao se deparar com um texto, sobretudo no que diz respeito à ativação de conhecimentos prévios e à elaboração de inferências. Interesse-me, ainda, pelas relações que podemos estabelecer entre leitura e escrita, mais especificamente, de que forma a leitura pode se refletir na escrita.

2.1 A ativação de conhecimentos prévios

A compreensão de um texto somente é possível se o leitor já possuir previamente algum conhecimento do qual possa partir para processar as informações contidas no texto; só se compreende o que não se conhece a partir do que já é conhecido. Assim, para construir um modelo de situação necessário à compreensão de um texto, o leitor precisa estabelecer relações entre elementos de informação de ordem muito diversa: o conteúdo expresso pelo texto e seus conhecimentos prévios. Conforme ressaltam Fulgêncio e Liberato (2000:14), *a leitura é o resultado da interação entre o que o leitor já sabe e o que ele retira do texto*. Os conhecimentos prévios do leitor assumem, por conseguinte, a mesma importância que as informações contidas no texto.

O conceito de conhecimento prévio engloba conhecimentos de diversas ordens: os gerais sobre a língua e seu funcionamento, sobre os textos e suas estruturas, sobre o mundo em geral, sobre a especificidade da situação de comunicação, além daqueles adquiridos por meio das experiências pessoais do leitor, entre eles o conhecimento social e conhecimento pragmático. A ativação de todos esses conhecimentos permite ao leitor transformar uma estrutura isolada e fragmentada na memória numa entidade mais completa e coerente.

O primeiro tipo de conhecimento prévio são os conhecimentos gerais sobre a língua, ativados já na percepção do texto. Considero importante ressaltar que as operações de processamento da compreensão em leitura se imbricam; elas constituem uma rede de conexões recursivas, em que cada operação retoma as demais, incorpora-as e delas participa ativamente, numa interação constante. Assim, os conhecimentos lingüísticos participam da percepção, mas são, evidentemente, conhecimentos já armazenados na memória do leitor, ativados por ele no momento da percepção e cuja ativação se mantém durante as demais operações do processo de compreensão.

O segundo tipo de conhecimento prévio constitui o conhecimento textual, definido por Kleiman (1997) como o conjunto de noções e conceitos sobre o texto. Faz parte desse conhecimento o domínio das estruturas textuais próprias a cada tipo ou gênero textual. Kleiman(1997:20) destaca a importância do conhecimento textual, ressaltando que: *quanto mais conhecimento textual o leitor tiver, quanto maior a sua exposição a todo tipo de texto, mais fácil será a sua compreensão*. Essa observação vai ao encontro das idéias de Giasson (1990,2000), que postula a importância da vivência de situações que permitam alargar os conhecimentos do leitor.

Outro fator relativo ao conhecimento textual a ser considerado diz respeito especificamente ao domínio das estruturas textuais. O apelo a essas estruturas representa uma economia para o leitor, pois lhe permite articular os elementos do texto, hierarquizá-los e organizá-los, possibilitando melhor tratamento. Permite-lhe ainda dirigir suas expectativas frente aos textos, tornando possível que, diante de um texto predominantemente narrativo, por exemplo, o leitor espere encontrar personagens, conflito, ação, temporalidade e, diante de um texto predominantemente argumentativo, procure encontrar uma tese defendida.

O terceiro tipo de conhecimento prévio é o conhecimento de mundo; corresponde aos conhecimentos que o leitor adquiriu em seu processo de aprendizado formal e informal e inclui suas experiências. As

experiências que os leitores acumulam durante sua vida permitem a construção de esquemas, scripts, frames que ficam armazenados na memória e podem ser ativados durante a leitura para complementar informações faltantes em um texto.

O que torna o conhecimento de mundo decisivo para o estabelecimento do sentido de um texto é o fato de ser necessário que haja correspondência entre os conhecimentos ativados a partir do texto e o conhecimento de mundo do leitor, armazenado em sua memória de longo prazo. Se essa correspondência não se efetiva, isto é, se o leitor não possui os conhecimentos necessários para que ela ocorra, o texto não faz sentido para ele, pois ele não é capaz de estabelecer relações entre os elementos do texto e o mundo, nem tampouco de estabelecer a continuidade do sentido. Desse fato decorre que o leitor precisa possuir conhecimentos de mundo que lhe permitam estabelecer as relações entre as informações do texto e ampliá-las. Como postula Kintsch (1998), o indivíduo elabora em sua memória um modelo de situação que integra suas experiências e seus conhecimentos relacionados aos dados do texto.

Conforme defendem vários autores (cf. Schonotz, 1985, Ricket e Stroner, 1985; Koch, 1997), os conhecimentos prévios exercem uma tarefa muito importante na elaboração de inferências, de que tratarei logo adiante, no tópico 2.2, deste artigo. Com efeito, a própria definição de inferência inclui a noção de conhecimento prévio. Koch (1997) define a inferência como um processo que permite gerar informação semântica nova a partir daquela dada em certo contexto, por meio do uso de pistas disponíveis e selecionadas pelo leitor e fundamentadas em conhecimento prévio. Como os textos apresentam possibilidades infinitas de se produzirem inferências, quanto maior o conhecimento de mundo do leitor, maior o número possível de inferências construídas por ele, pois a rede de conexões que ele tem possibilidade de construir é maior.

Cabe ainda lembrar que os textos normalmente trazem informações novas, que podem ser esperadas ou não; quanto menor a previsibilidade do dado novo contido no texto, maior é o seu grau de informação. No entanto, um texto com alto grau de informação pode exigir muito esforço por parte do leitor; esforço atenuado, entretanto, por um amplo conhecimento prévio. Esse conhecimento pode ser referente ao mundo em geral, ou relativo a temas específicos. Assim, a circunscrição do texto em determinada área temática possibilita a ativação de conhecimentos específicos, delimitando os conhecimentos ativados, e funciona como elemento facilitador da compreensão, uma vez que orienta as possibilidades de sentido em função do tema.

O quarto tipo de conhecimento prévio, o conhecimento social, cuja importância Clark (1985) destaca em suas experiências, diz respeito aos conhecimentos sobre a realidade social. É um tipo de conhecimento prévio construído pela sociedade e partilhado pelos seus integrantes. Van Dijk (1998) e Kintsch (1998) também ressaltam a importância do grupo social e da cultura para se compreenderem as representações. Esse conhecimento diz respeito não apenas a crenças e valores sociais, mas também a comportamentos estereotipados relativos a determinados grupos sociais; ou simplesmente, a conceitos a respeito de como as coisas acontecem no contexto social.

O quinto tipo de conhecimento prévio também considerado importante, o conhecimento pragmático, refere-se à relação entre texto e contexto, e está ligado à noção de competência pragmática, tal como a postula Kerbrat-Orecchioni (1986) e cujo papel na leitura é inquestionável. A competência pragmática engloba os conhecimentos que o sujeito possui a respeito do funcionamento dos princípios discursivos a que Ducrot (1984) chama de "*leis do discurso*" e diz também respeito à máximas conversacionais postuladas por Grice (1975 e 1991). São as normas que se impõem ao ato de enunciação. Essas leis permitem ao leitor supor que o produtor do texto as emprega, fazendo com que elas tenham um papel na construção de sentidos. O conhecimento pragmático permite ao leitor avaliar se o texto é adequado ao contexto, se as informações contidas nele são pertinentes.

Ainda com respeito aos conhecimentos prévios, resalto a importância de se considerarem as lacunas de conhecimentos do leitor diante das exigências de determinado texto. Da mesma forma que, como relata Fayol (1992), os conhecimentos de um especialista permitem uma hierarquização de informações mais rápida e com menos esforço, a carência de conhecimentos necessários para a compreensão de determinado texto pode impedir a construção do modelo mental, a construção dos sentidos do texto; em certas situações a falta dos conhecimentos prévios suficientes para a compreensão de um texto pode ser catastrófica. Isso é especialmente verdade quando se trata de um texto cujas informações são necessárias para que o leitor responda a uma questão de exame.

2.2 A elaboração de inferências

O sentido de um texto não é construído somente por meio dos elementos explícitos; a compreensão em leitura consiste num processo que requer cálculo mental. As inferências constituem um exemplo prototípico de cálculo mental que corrobora a compreensão de um texto. Rickheit e Strohner (1985) definem inferência como sendo o processo cognitivo pelo qual o leitor ou ouvinte adquire informação partindo de informações textuais explicitamente apresentadas e levando em conta o contexto do discurso. O ponto central dessa definição reside no reconhecimento da influência interativa entre texto e contexto.

Rickheit e Strohner (1985) distinguem inferência de decodagem, observando que a inferência refere-se à parte semântica do processo de compreensão: uma inferência é a geração de informação semântica nova a partir de uma informação semântica antiga. Assim também postula Koch (1997), ressaltando que inferir diz respeito a um processo que permite gerar informação semântica nova a partir daquela dada em certo contexto, por meio do uso de pistas disponíveis e selecionadas pelo leitor, e fundamentadas em conhecimento prévio e compartilhado entre autor e leitor; muito desse conhecimento compartilhado é social, como postula Bruner (1983, 2002). Também para Marcuschi (1985), os conhecimentos de mundo, o contexto sócio-cultural, as experiências e as crenças individuais influenciam a organização das inferências durante a leitura.

A definição de inferência acima apresentada implica que algumas partes da informação sejam dadas explicitamente no texto, que a elaboração de inferência aconteça a partir do que é explicitamente dado, mas deva considerar também o contexto de situação e que a elaboração de inferência só ocorra a partir das relações que o leitor estabelece entre as informações textuais explícitas e os conhecimentos que já possui, conhecimentos diversos, de mundo, de língua, de outros textos, de situações, entre outros. Como postula Schonotz (1985), vários fatores influenciam a elaboração de inferências: conhecimento prévio, interesses, objetivos a serem atingidos com a leitura, forma de apresentação do texto.

A definição de inferência impõe, ainda, a existência de informação semântica a partir da qual se gerará nova informação semântica. A informação semântica corresponde a conceito de palavra, ou unidades semânticas superiores, como proposições, modelos mentais, ou categorias de super-estruturas; a informação não semântica constitui informação fonética ou grafêmica. Processos semânticos e subsemânticos desempenham diferentes funções na comunicação em termos de aquisição, atenção e memória; além disso, codificar, decodificar, inferir são construtivas gerações de informação nova no processamento da linguagem com funções claramente diferentes, daí a importância de distingui-las.

O dado importante a reter com respeito à inferência reside no fato de ela restringir-se à parte semântica do processo de compreensão: por definição, é a geração de informação semântica nova a partir de uma informação semântica antiga. Em contrapartida, os conceitos de decodagem e codagem incluem informações de outra ordem, não semântica.

A noção de inferência é importante para os estudos em torno da compreensão em leitura porque a língua em si é ambígua, vaga e fragmentária e os leitores utilizam a elaboração de inferências como meio de suprir as informações que o texto não traz e que são importantes para a compreensão. Como postula Grice (1975), seria destrutivo para a comunicação se o discurso gerasse toda a informação de forma não ambígua, específica e completa.

Entretanto, os participantes de um evento comunicativo têm habilidades distintas para inferir a informação que está faltando no discurso, recorrendo a seus conhecimentos diversos. Por isso, quanto maior o conhecimento do leitor a respeito do tema de determinado texto, maiores serão suas possibilidades de elaboração de inferência e preenchimento das lacunas do texto.

O fato é que o sentido de um texto não é algo para ser encontrado no texto, mas algo para ser construído na mente do leitor usando o texto, visto que, conforme defendem Collins, Brouwn, & Larkin (*apud* Coirier, Gaonac'h e Passerault, 1996) compreender um texto consiste em inferir um modelo mental a partir da informação do texto. A informação nos vários níveis de representação é apenas parcialmente fornecida pelo texto. Uma grande parte da informação textual é referida apenas por implicação. Essa parte implícita da representação constitui o conteúdo a ser inferido pelas operações de inferência.

Com relação à relativa importância de inferências para a compreensão textual, vale lembrar que Graesser e Clark (1985) postulam a existência de princípios que garantem o maior número de formação de inferências. Dentre eles, destaco o princípio da funcionalidade, segundo o qual uma inferência tende a gerar compreensão, ou ser preservada na memória, se ela for necessária para o cumprimento de uma tarefa posterior, que poderá ser lembrar-se do texto, produzir um resumo, responder a questões, entre outras. Esse fator tem a ver com a influência dos objetivos de leitura sobre a elaboração de inferência, postulado por Schonotz (1985).

Os pesquisadores que defendem as teorias proposicionais normalmente postulam que as inferências têm a função de preencher as lacunas de coerência no texto (cf. Kintsch & van Dijk, 1978). Essas teorias consideram que o leitor deve transformar cada sentença em proposições e interconectar essas proposições formando uma rede semântica coerente. Se alguma proposição não pode ser conectada com outra, o leitor deve suprir essas lacunas por meio da elaboração de inferências a fim de manter a coerência. Embora concorde que as inferências cumpram a função de estabelecer relações entre as proposições, acredito que a função primordial das inferências é a elaboração de um modelo mental. Considero que a solução de lacunas de coerência constitui uma função secundária, subordinada à tarefa maior de construção de sentidos.

O estabelecimento do conteúdo proposicional, segundo Kintsch e van Dijk (1978) e Kintsch (1998), constitui o primeiro estágio da compreensão, que ocorre antes de qualquer determinação de sentido. Representações semânticas preliminares, segundo esses estudiosos, são produzidas antes da compreensão integral. Essa visão lhes permite encarar a inferência como uma estratégia racional, que somente ocorre quando é necessária, quando a informação dada pelo texto não foi claramente estabelecida. Entretanto, considero importante ressaltar que o processo de leitura não é linear: para a construção do conteúdo proposicional de uma determinada sentença é importante recorrer às sentenças anteriores, cujo conteúdo pode complementar o conteúdo da sentença em questão.

Além disso, o conteúdo proposicional de uma sentença somente pode ser coberto por completo se as expressões encontram seus referentes apropriados no texto como um todo. O texto constitui uma rede de informações interligadas e, nesse sentido, as inferências das sentenças anteriores contribuem para a construção dos conteúdos proposicionais das sentenças posteriores. Lembro ainda que a compreensão textual depende tanto do leitor e da situação pragmática quanto do texto, na mesma proporção.

Com relação aos processos de geração de inferência, Kintsch (1998) distingue processos automáticos de processos controlados, classificando elaborações associativas, *bridging inferences* e geração de inferências transitivas num domínio familiar como processos automáticos; e inferências lógicas e a procura por conhecimentos que possam suprir as lacunas do texto como processos controlados. Entretanto, penso que se deva considerar que o leitor proficiente utiliza tanto processos automáticos quanto processos controlados. O leitor maduro é aquele que consegue utilizar diversos processos de forma controlada para suprir suas necessidades de leitura, de acordo com seus objetivos previamente estabelecidos. Esse leitor pode tanto buscar conhecimentos para suprir lacunas do texto como elaborar associações de forma controlada.

Vários estudiosos propuseram classificações a fim de estabelecer uma tipologia para as inferências, ou simplesmente estudar determinado tipo específico de inferência. Uma classificação detalhada, no entanto, não me parece ser de utilidade para resolver questões fundamentais deste trabalho, como o papel das inferências na compreensão de um texto e a metodologia adequada para se investigar a elaboração de inferências durante a leitura.

Os dados que considero mais importantes para a análise da elaboração de inferências durante a leitura são poucos, mas decisivos: na compreensão de um texto, o leitor constrói em sua memória uma representação mental do conteúdo textual; como o texto não contém explicitamente todas as informações que supostamente são mediadas, o leitor é obrigado a suprir as falhas de informação utilizando seu conhecimento prévio; esses “suprimentos” são construídos por meio da elaboração de inferências que estabelecem a relação entre os conhecimentos do leitor e o que está enunciado no texto, permitindo, assim, a construção de uma nova informação; as inferências que são pertinentes à construção do sentido global do texto se mantêm junto com as informações explícitas que permitiram sua geração; aquelas que não são pertinentes são excluídas, assim como as informações textuais que permitiram sua geração.

Em graus diversos, todo texto comporta uma quantidade importante de informações implícitas. O leitor deve então reconstruir essas informações fazendo intervir no tratamento seus conhecimentos gerais do mundo. Afinal, como postulam Coirier, Gaonac’h e Passerault (1996), compreender um texto é fazer uso de uma série de tratamentos cognitivos que vão permitir restabelecer as informações implícitas e gerar a construção de um modelo mental global do texto fazendo intervir diferentes tipos de esquemas presentes nas representações prévias do leitor: conhecimentos gerais sobre a organização do mundo, relações lógicas, seqüências cronológicas estáveis na vida cotidiana, normas socioculturais relativas à estrutura específica de diferentes tipos de ou textos.

Além das informações trazidas explicitamente pelo texto e a utilização dos conhecimentos estocados na memória de longo prazo, a representação construída pela leitura depende, em grande parte, dos objetivos do leitor, dos tratamentos especificamente induzidos pela situação especificada. Esse contexto teórico permite-me afirmar que a representação de um texto é construída no quadro de uma interação complexa entre as características desse texto, os conhecimentos do leitor e os elementos pertinentes da situação de leitura e, nesse processo, a elaboração de inferência apresenta-se como uma operação fundamental.

3. Análise

O *corpus* de análise constitui-se do texto de uma pergunta do exame da OAB e a escrita de respostas dadas a ela. A pergunta compõe-se de um pequeno problema, apresentando uma situação que implica consequências jurídicas na área especificada, Direito Civil, seguido de uma questão que invoca a ação do candidato como advogado de um dos personagens da situação de conflito posta no problema. A questão especifica o cliente de cujos interesses o candidato deve cuidar, indicando o ponto de vista sob o qual deverá ser analisado o problema e fornece informações a partir das quais o candidato pode construir inferências a respeito dos procedimentos a tomar na elaboração da resposta.

A análise do *corpus* se compõe de duas fases: análise da pergunta e análise das respostas. Início as análises com o levantamento dos conhecimentos prévios que a pergunta do exame da Ordem exigiria de seu leitor. Em seguida, verifico, nos textos das respostas, as marcas da presença desses conhecimentos. Em uma segunda fase, verifico as inferências que as informações do texto e a ativação dos conhecimentos prévios permitem elaborar e, finalmente, observo, nos textos das respostas, a ocorrência dessas inferências.

3.1. A ativação de conhecimentos prévios a partir da leitura da pergunta

Dois eixos constituem os componentes que permitem a ativação dos conhecimentos prévios de mundo, sociais e pragmáticos: o contexto e a informação textual. Considerando que o contexto é o da produção de uma peça jurídica, as informações textuais (IT) fornecem elementos que permitem a ativação de conhecimentos prévios relativos principalmente à área jurídica (CJ); no entanto, contemplam não apenas conhecimentos técnicos, mas também aqueles de ordem social (CS) e pragmática (CPR).

É importante esclarecer que os conhecimentos sociais têm caráter pragmático. No entanto, classifico aqui como conhecimentos pragmáticos apenas aqueles que envolvem as regras discursivas, e têm a ver com o princípio de cooperação postulado por Grice (1975 e 1991). Ocorre que o conhecimento pragmático entra em jogo, normalmente, quando se quebra algum princípio, ou quando o leitor se vê obrigado a julgar a adequação (ou inadequação) do texto ao contexto, fato não pertinente à situação de exame.

Apresento a seguir o texto da pergunta e, encaixados nele, os conhecimentos que ele pode ativar. Destaco a informação textual **IT** e, em seguida a ela, o conhecimento que pode ser ativado, respeitando a classificação acima apresentada:

Do apartamento nº 151, situado no 15º andar do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO STELLA MARIS, com frente para a Rua Carbúnculo, nº 17, no subdistrito de Penha de França, Capital, locado por SOLON a QUILON, mediante contrato a prazo certo,

IT: Solon é locador **CJ:** para ser locador de um imóvel é preciso ser proprietário dele
caiu um vaso de metal com flores naturais sobre PITACO,

IT: jovem estudante de 14 anos **CM:** uma pessoa de 14 anos ainda teria muitos anos de vida pela frente
CM: um estudante de 14 anos não tem emprego que permita sustentar a mãe.

que transitava pela via pública, causando-lhe a morte, por perda de massa encefálica.

IT: Houve uma morte **CJ:** quando ocorre uma morte por acidente alguém deverá ser responsabilizado, no caso de acidente provocado por imóvel alugado, o responsável é o locatário.

IT: Solon é locador, Quilon é locatário **CJ:** O proprietário do imóvel (Solon é o proprietário do apartamento) locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário.

IT: A genitora da vítima CLIO, viúva, **CS:** uma viúva que perdeu o filho suscita pena **IT:** demandou SOLON e QUILON, pleiteando perdas e danos, morais e materiais pelo fato da morte, **CS:** as pessoas sentem necessidade de ver reparadas suas perdas

IT: trata-se de uma ação civil por danos morais e materiais movida por CLIO contra SOLON e QUILON
CJ: numa ação civil, as partes têm interesses contraditórios e o réu deve defender-se dos interesses contraditórios aos seus demandados pelo autor.

sendo, após regular tramitação do processo, com produção de provas, atendida em sua pretensão, com a condenação dos co-Réus, em caráter solidário,

IT: Já houve tramitação e condenação. **CJ:** a condenação acontece após a tramitação e julgamento do processo. **IT:** Já houve tramitação e condenação **CJ:** Depois do julgamento, as partes podem apresentar recurso

IT: os réus SOLON e QUILON foram condenados em caráter solidário **CJ:** o proprietário de imóvel alugado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo uso do imóvel, somente o locador pode ser responsabilizado

ao pagamento das despesas com funeral, danos morais de 50 salários mínimos

IT: os réus SOLON e QUILON foram condenados a pagar 50 salários mínimos pelo funeral de Pitaco **CJ:** os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados e materiais correspondentes à prestação alimentar mensal equivalente a 10 salários mínimos,

IT: os réus SOLON e QUILON foram condenados à prestação alimentar equivalente a 10 salários mínimos **CJ:** os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados pelo tempo de duração provável da vida do menor, estimado em 65 anos,

IT: os réus SOLON e QUILON foram condenados prestação alimentícia à mãe da vítima até a data em que a vítima completaria 65 anos **CM:** considerando que a idade média de falecimento no país é de 65 anos, na data que corresponde àquela em que a vítima completaria 65 anos, muito provavelmente, sua mãe já terá falecido

além de honorários à taxa de 20% sobre o valor total da condenação,

IT: os réus SOLON e QUILON foram condenados a pagar honorários à taxa de 20% do valor total da condenação **CJ:** os valores de honorários são variáveis, não precisam chegar a 20% do valor da causa tudo sob a égide dos preceitos dos artigos 186, 948, incisos I e II e 942, segunda parte do C. Civil.

Impôs, ainda a obrigação de compor patrimônio hábil a garantir o êxito da condenação, *ut* artigo 602 do Código dos Ritos.

QUESTÃO:

Instituído advogado de SOLON, atue

IT: fui instituído advogado de Sólon. **CJ:** alguém somente é instituído advogado numa causa quando ele ainda não é advogado naquela causa.

IT: Solon é meu cliente **CJ:** o advogado deve defender os interesses de seu cliente.

IT: Solon foi condenado a pagar 50 salários mínimos pelo funeral de Pitaco; prestação alimentar equivalente a 10 salários mínimos à mãe da vítima até a data em que a vítima completaria 65 anos honorários à taxa de 20% do valor total da condenação **CJ:** o recurso pode recorrer de todos esse valores.

IT: Solon é locador, Quilon é locatário **CJ:** O proprietário do imóvel locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário. com a diligência precisa, considerando-se que o título sentencial foi intimado por publicação oficial há menos de uma quinzena.

IT A sentença foi publicada há menos de quinze dias **CJ:** Existem prazos legais que regulam os atos de um processo. Depois da publicação da sentença, as partes têm 15 dias para recorrer da decisão judicial.

CPR: essas informações são relevantes, adequadas e suficientes para a elaboração da peça .

3.1.1 A ativação de conhecimentos prévios a partir da leitura da pergunta revelada pela escrita das respostas

A análise da pergunta contemplou quatro tipos de conhecimentos: de mundo, sociais, pragmático, e jurídicos; estes últimos especificamente necessários para a resolução da prova.

O conhecimento pragmático permite ao leitor supor que as informações contidas no texto são relevantes, pertinentes e suficientes para a elaboração da peça. Essa suposição pode induzir a erro. Assim, o candidato que considera a relevância dos termos da sentença pode produzir sua peça apenas contestando-os. A extensão do texto relativo aos termos da sentença pode levar o candidato a supor que esta é a informação mais relevante. Faz parte do conhecimento pragmático supor que o produtor de um texto procura destacar as partes que considera mais importantes, e o faz concedendo-lhes maior espaço no texto.

Os conhecimentos de mundo que destaquei na pergunta são três: **CM:** uma pessoa de 14 anos ainda teria muitos anos de vida pela frente; **CM:** um estudante de 14 anos não possui emprego que permita sustentar a mãe. **CM:** considerando que a idade média de falecimento no país é de 65 anos, na data que corresponde àquela em que a vítima completaria 65 anos, muito provavelmente, sua mãe já terá falecido.

O primeiro justifica a sentença, com base no fato de que vítima teria uma longa vida para desfrutar. Os outros dois estão também ligados à sentença e constituem argumentos para a redução do valor e do período de pagamento de pensão alimentícia à autora. Entretanto, esses conhecimentos são insuficientes para a produção da peça adequada à situação. O candidato que se apóia apenas nesses dois conhecimentos para a

redação de sua peça produz defesa inadequada, pois apela somente dos termos da sentença. O produtor da resposta 1 pede redução do período de indenização:

Merece reforma a respeitável sentença pois, quanto aos danos materiais, o juiz fixou a pensão em 10 (dez) salários mínimos pelo tempo em que se presume que o menor viveria, 65 (sessenta e cinco) anos, e não pelo tempo em que o menor sustentaria, presumidamente, sua genitora, que, segundo jurisprudência majoritárias e doutrinadores renomados, é até que o mesmo completasse 25 (vinte e cinco) anos. (resposta 1)

O texto da resposta revela a ativação do conhecimento de mundo *considerando que a idade média de falecimento no país é de 65 anos, da data que corresponde àquela em que a vítima completaria 65 anos, muito provavelmente, sua mãe já terá falecido.*

Outras respostas refutam a sentença alegando que a vítima não sustentava sua mãe, mostrando a ativação do conhecimento de que *um estudante de 14 anos não possui emprego que permita sustentar a mãe:*

Vejamos: Contando com 14 anos, menor portanto, é muito improvável que a vítima mantivesse o sustento de sua mãe, sendo mais razoável e possível o contrário. Assim, ele não era devedor de alimentos e sua morte, portanto, não ocasionou essa perda específica para sua mãe que, conseqüentemente, não pode pleitear a reparação do art. 498, II, do Código Civil. (resposta 9)

São também dois os conhecimentos sociais que o texto ativa: **CS:** uma viúva que perdeu o filho suscita pena; **CS:** as pessoas sentem necessidade de ver reparadas suas perdas

O primeiro constitui a base para um argumento extrajurídico, contido na informação textual *viúva*, que pode ser utilizado pelo advogado da autora. Com base nesse conhecimento ativado, o produtor da resposta, advogado do réu, não deve mencionar que a autora é viúva. Apenas um candidato, o produtor da resposta 13, menciona que a autora é *viúva*, demonstrando que não ativou esse conhecimento útil à composição de sua peça:

A genitora da vítima, Clio, viúva, demandou Solon e Quilon, pleiteando perdas e danos, morais e materiais pelo fato da morte, sendo, após regular tramitação do processo, (...) (resposta 13)

Com efeito, o candidato 13 limita-se a copiar a narrativa apresentada na pergunta, demonstrando não ter processado o texto.

Os conhecimentos jurídicos que o texto pode ativar são: **CJ:** para ser locador de um imóvel é preciso ser proprietário dele ; **CJ:** quando ocorre uma morte por acidente alguém deverá ser responsabilizado, no caso de acidente provocado por imóvel alugado, o responsável é o locatário ; **CJ:** O proprietário do imóvel (Solon é o proprietário do apartamento) locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário ; **CJ:** O proprietário do imóvel (Solon é o proprietário do apartamento) locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário ; **CJ:** numa ação civil, as partes têm interesses contraditórios e o réu deve defender-se dos interesses contraditórios aos seus demandados pelo autor ; **CJ:** a condenação acontece após a tramitação e julgamento do processo ; **CJ:** o proprietário de imóvel alugado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo uso do imóvel, somente o locador pode ser responsabilizado ; **CJ:** os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados ; **CJ:** os valores de honorários são variáveis, não precisam chegar a 20% do valor da causa ; **CJ:** alguém somente é instituído advogado numa causa quando ele ainda não é advogado naquela causa ; **CJ:** o advogado deve defender os interesses de seu cliente ; **CJ:** o recurso pode recorrer de todos esse valores ; **CJ:** O proprietário do imóvel locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário ; **CJ:** Existem prazos legais que regulam os atos de um processo. Depois da publicação da sentença, as partes têm 15 dias para recorrer da decisão judicial.

Existem alguns conhecimentos jurídicos que são de ordem geral e servem para a atuação do advogado, adequada ou não. Constituem conhecimentos jurídicos básicos : **CJ:** numa ação civil, as partes têm interesses contraditórios e o réu deve defender-se dos interesses contraditórios aos seus demandados pelo autor; **CJ:** a condenação acontece após a tramitação e julgamento do processo; **CJ:** os valores da sentença devem ser sempre contestados, sob pena de que sejam admitidos válidos ; **CJ:** os valores de honorários são variáveis, não precisam chegar a 20% do valor da causa; **CJ:** alguém somente é instituído advogado numa causa quando ele ainda não é advogado naquela causa; **CJ:** o advogado deve defender os interesses de seu cliente; **CJ:** Existem prazos legais que regulam os atos de um processo. Depois da publicação da sentença, as partes têm 15 dias para recorrer da decisão judicial.

Há conhecimentos relativos à causa específica em questão: **CJ** : Para ser locador de um imóvel é preciso ser proprietário dele; **CJ** : Quando ocorre uma morte por acidente alguém deverá ser responsabilizado, no caso de acidente provocado por imóvel alugado, o responsável é o locatário; **CJ** : O proprietário do imóvel locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário; **CJ** : O proprietário de imóvel alugado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo uso do imóvel, somente o locador pode ser responsabilizado.

A análise das respostas permite observar que alguns candidatos ativam os conhecimentos jurídicos de ordem geral, mas não os relativos especificamente ao problema apresentado; por isso, produzem a peça inadequada, pois seus conhecimentos não são suficientes. Explicitam apenas o conhecimento de que os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados, conforme mostram os exemplos:

Com todo respeito à decisão do m.m. juiz “a quo” referida sentença não deve prosseguir, posto que excessiva, na medida que excede a condição financeira do Apelante, fazendo com que lhe diminua o patrimônio do mesmo.(resposta 4)

A morte da vítima não enseja o valor de prestação de alimentos numa proporção tão absurda, pois o valor de 10 salários mínimos correspondem a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia extremamente elevada para o Apelante, principalmente por não ter causado prejuízo econômico a qualquer pessoa. (resposta 7)

O apelante reconhece que foi culpado pela queda do vaso, mas não concorda que por isso deva pagar 50 salários mínimos de indenização. Além disso, entende que nenhum dinheiro, compensa a dor da apelada. Então, a indenização deve ser arbitrada de acordo com o poder aquisitivo do apelante, e de acordo com a dor da apelada, que não tem preço.

Como o apelante não tem condições de suportar o encargo, esta indenização deve ser razoável ao seu poder aquisitivo. Essa indenização tem cunho compensatório e primitivo portanto deve ser razoável, visto que o apelante não jogou o vaso propositalmente e a dor da vítima não tem valor financeiro. (resposta 16)

O estabelecimento de relações entre as informações do conteúdo textual e os conhecimentos prévios ativados conduz à elaboração de inferências.

3.2. A elaboração de inferências a partir da leitura da pergunta

Três eixos constituem os componentes que permitem a construção de uma inferência : o contexto, a informação textual (IT), o conhecimento prévio (CP) ativado a partir da relação que se estabelece com esta informação textual. A elaboração de uma inferência se dá por meio do estabelecimento de uma relação entre o conhecimento ativado e a informação textual e permitindo um raciocínio que conduz a uma nova informação, não presente no texto, mas extraída a partir desse raciocínio relacional entre informação textual (IT) e conhecimento prévio (CP) naquele contexto. Esta nova informação constitui o conteúdo inferencial (CI).

Considerando que o contexto é o da produção de uma peça jurídica, destaco as informações textuais (IT) que fornecem elementos que permitem a ativação de conhecimentos prévios (CP) relativos principalmente à área jurídica, possibilitando, assim, a elaboração de inferências (CI) necessárias para a produção do documento jurídico:

Do apartamento nº 151, situado no 15º andar do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO STELLA MARIS, com frente para a Rua Carbúnculo, nº 17, no subdistrito de Penha de França, Capital, locado por SOLON a QUILON, mediante contrato a prazo certo, **IT**: Solon é locador **CP**: para ser locador de um imóvel é preciso ser proprietário dele **CI**: Solon é o proprietário do apartamento caiu um vaso de metal com flores naturais, sobre PITACO, jovem estudante de 14 anos **IT**: Pitaco é jovem, tem 14 anos **CP**: uma pessoa de 14 anos ainda teria muitos anos de vida pela frente **CI**: por isso é que a mãe de Pitaco pede indenização **IT**: Pitaco é jovem, tem 14 anos **CP**: um estudante de 14 anos não tem emprego que permita sustentar a mãe. **CI**: o recurso deve contestar o pedido de prestação de pensão alimentícia que transitava pela via pública, causando-lhe a morte, por perda de massa encefálica. **IT**: Houve uma morte **CP**: quando ocorre uma morte por acidente alguém deverá ser responsabilizado, no caso de acidente provocado por imóvel alugado, o responsável é o locatário. **IT**: Solon é locador, Quilon é locatário **CP**: O proprietário do imóvel (Solon é o proprietário do apartamento) locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário. **CI**: Solon não pode ser réu, nem condenado, nesta ação; Quilon pode ser responsabilizado legalmente por esta morte.

A genitora da vítima CLIO, viúva, **IT:** Clio é viúva **CP:** uma viúva que perdeu o filho suscita pena, é um bom argumento **CI:** não devo mencionar que CLIO é viúva na minha peça, pois é um argumento contra meu cliente demandou SOLON e QUILON, pleiteando perdas e danos, morais e materiais pelo fato da morte, **IT:** Clio demandou Solon e Quilon, pleiteando perdas e danos morais e materiais pelo fato da morte **CP:** as pessoas sentem necessidade de ver reparadas suas perdas **CI:** por isso CLIO demandou solon e Quilon **IT:** trata-se de uma ação civil por danos morais e materiais movida por CLIO contra SOLON e QUILON **CP:** numa ação civil, as partes têm interesses contraditórios e o réu deve defender-se dos interesses contraditórios aos seus demandados pelo autor. **CI:** CLIO é a autora da ação, SOLON e QUILON são réus e devem defender-se contra CLIO.

sendo, após regular tramitação do processo, com produção de provas, atendida em sua pretensão, com a condenação dos co-Réus, em caráter solidário, **IT:** Já houve tramitação e condenação. **CP:** a condenação acontece após a tramitação e julgamento do processo. **CI:** o processo já foi julgado. **IT:** Já houve tramitação e condenação **CP:** Depois do julgamento, as partes podem apresentar recurso **CI:** o documento a ser apresentado na defesa deve ser um “recurso” **IT:** os réus SOLON e QUILON foram condenados em caráter solidário **CP:** o proprietário de imóvel alugado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo uso do imóvel, somente o locador pode ser responsabilizado **CI:** SOLON não pode ser responsabilizado e, portanto, não pode ser condenado em caráter solidário com QUILON. ao pagamento das despesas com funeral, danos morais de 50 salários mínimos **IT:** os réus SOLON e QUILON foram condenados a pagar 50 salários mínimos pelo funeral de Pitaco **CP:** os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados **CI:** o recurso deve solicitar redução do valor estipulado para o funeral e materiais correspondentes à prestação alimentar mensal equivalente a 10 salários mínimos, **IT:** os réus SOLON e QUILON foram condenados à prestação alimentar equivalente a 10 salários mínimos **CP:** os réus podem recorrer dos valores a que foram condenados **CI:** o recurso deve solicitar redução do valor da prestação alimentar pelo tempo de duração provável da vida do menor, estimado em 65 anos, **IT:** os réus SOLON e QUILON foram condenados prestação alimentícia à mãe da vítima até a data em que a vítima completaria 65 anos **CP:** considerando que a idade média de falecimento no país é de 65 anos, da data que corresponde àquela em que a vítima completaria 65 anos, muito provavelmente, sua mãe já terá falecido **CI:** os réus podem pedir redução desse prazo para quando a mãe da vítima completar 65 anos além de honorários à taxa de 20% sobre o valor total da condenação, **IT:** os réus SOLON e QUILON foram condenados a pagar honorários à taxa de 20% do valor total da condenação **CP:** os valores de honorários são variáveis, não precisam chegar a 20% do valor da causa **CI:** o recurso deve solicitar a redução de honorários tudo sob a égide dos preceitos dos artigos 186, 948, incisos I e II e 942, segunda parte do C. Civil. Impôs, ainda a obrigação de compor patrimônio hábil a garantir o êxito da condenação, *ut* artigo 602 do Código dos Ritos.

QUESTÃO:

Instituído advogado de SOLON, atue

IT: fui instituído advogado de Sólón. **CP:** só se institui como advogado numa causa quando ele ainda não é advogado naquela causa. **CI:** estou assumindo a causa de Solon agora, os atos anteriores não são de minha autoria.

IT: Solon é meu cliente **CP:** o advogado deve defender os interesses de seu cliente. **CI:** em minha atuação devo defender os interesses de Solon.

IT: Solon foi condenado a pagar 50 salários mínimos pelo funeral de Pitaco; prestação alimentar equivalente a 10 salários mínimos à mãe da vítima até a data em que a vítima completaria 65 anos honorários à taxa de 20% do valor total da condenação **CP:** o recurso pode recorrer de todos esses valores.

CI: no recurso que vou apresentar como advogado de Solon, vou recorrer de todos esses valores e prazos.

IT: Solon é locador, Quilon é locatário **CP:** O proprietário do imóvel locado não pode ser responsabilizado por danos causados pelo imóvel, eles são da responsabilidade do locatário. **CI:** Solon não pode ser réu, nem condenado, nesta ação **CI:** devo basear meu recurso na não competência de meu cliente para ser parte nesse processo.

com a diligência precisa, considerando-se que o título sentencial foi intimado por publicação oficial há menos de uma quinzena.

IT: A sentença foi publicada há menos de quinze dias **CP:** Existem prazos legais que regulam os atos de um processo. Depois da publicação da sentença, as partes têm 15 dias para recorrer da decisão judicial. **CI:** ainda há prazo legal para apresentar o recurso.

Nem todas as inferências construídas durante a leitura são pertinentes à fundamentação jurídica da peça a ser elaborada; algumas, conforme já ressaltai, são insuficientes e, embora devam constar na peça como uma possibilidade caso a argumentação central não seja aceita, podem induzir o candidato a elaborar uma peça inadequada.

Assim sendo, a próxima operação baseia-se no princípio da funcionalidade, encarando-o não como critério seletivo de conservação na memória, mas, em especial, como critério para a conservação de conteúdos que são úteis ao cumprimento da tarefa estabelecida pela pergunta do exame: a composição da peça jurídica, destacando-se o seu foco. As inferências podem ser divididas, por conseguinte, em dois blocos: as pertinentes à solução do problema e as não pertinentes, ou marginais.

A tabela a seguir apresenta, de um lado, as inferências que são pertinentes à elaboração de uma peça adequada ao problema apresentado na pergunta, e, de outro, as inferências não pertinentes. O candidato bem preparado ativa os conhecimentos prévios relativos o domínio jurídico necessários à leitura da pergunta e não elabora as inferências não pertinentes, pois não ativa os conhecimentos não pertinentes ao problema proposto.

INFERÊNCIAS PERTINENTES À ELABORAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA ADEQUADA AO PROBLEMA APRESENTADO NA PERGUNTA	INFERÊNCIAS NÃO PERTINENTES À ELABORAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA ADEQUADA AO PROBLEMA APRESENTADO NA PERGUNTA
Solon é o proprietário do apartamento.	O recurso deve contestar o pedido de prestação de pensão alimentícia.
Solon não pode ser réu, nem condenado, nesta ação; somente Quilon pode ser responsabilizado legalmente por esta morte.	O recurso deve solicitar redução do valor estipulado para o funeral.
Não devo mencionar que CLIO é viúva em minha peça, pois é um argumento contra meu cliente.	O recurso deve solicitar redução do valor da prestação alimentar.
CLIO é a autora da ação, SOLON e QUILON são réus, devem defender-se contra CLIO.	Os réus podem pedir redução de prazo de pagamento da prestação alimentar para quando mãe da vítima completar 65, em vez de quando a vítima completasse 65 anos.
CLIO é a autora da ação, SOLON e QUILON são réus, devem defender-se contra CLIO.	Os réus podem pedir redução de prazo de pagamento da prestação alimentar para quando mãe da vítima completar 65, em vez de quando a vítima completasse 65 anos.
O documento a ser apresentado na defesa deve ser um “recurso”.	O recurso deve solicitar a redução de honorários.
SOLON não pode ser responsabilizado e, portanto, não pode ser condenado em caráter solidário com QUILON.	No recurso que vou apresentar como advogado de Solon, vou recorrer de todos esses valores e prazos.
Devo basear meu recurso na ilegitimidade de meu cliente para ser parte nesse processo.	
Ainda há prazo legal para apresentar o recurso.	

3.2.1 A elaboração de inferências a partir da leitura da pergunta revelada pela escrita das respostas

De acordo com a tabela apresentada no tópico anterior, mostram-se pertinentes as inferências elaboradas a partir de conhecimentos gerais, que impelem o advogado a procurar a defesa de seu cliente, e aquelas elaboradas a partir dos conhecimentos específicos ao problema, que permitem sustentar a defesa da ilegitimidade da parte.

Desse modo, as inferências construídas com base nas informações sobre a sentença, conduzindo o produtor da resposta a contestar os valores estipulados por ela, não são pertinentes à fundamentação jurídica e não devem constituir a base do recurso. No entanto, alguns candidatos (os produtores das respostas 4, 7, 9, 13, 16 e 19) constroem sua defesa pedindo apenas reforma dos valores estipulados pela sentença.

Os candidatos cujas respostas são produzidas com base nas inferências adequadas constroem sua defesa contestando da legitimidade da parte, conforme os exemplos a seguir:

Desse modo, o embargante é parte ilegítima do título judicial, já que não mora no apartamento, que agora é somente de responsabilidade do co-réu. (resposta 2)

A decisão do magistrado a que, embora respeitável, não deve permanecer visto que não representa o melhor direito para o fat. Tal pedido se justifica, uma vez que o apelante é apenas o proprietário do imóvel, não estando na posse do imóvel, e por conseguinte não acarretando em um ato ilícito por sua parte. (resposta 3)

O apelante, foi condenado juntamente com o co-réu aos efeitos da sentença de fls. do juiz de 1º grau, o que claramente não deveria acontecer, por não ser este parte legítima na demanda, conforme demonstra o artigo 46 do Código de Processo Civil em seu inciso I. (resposta 10)

4. Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontam, sem dúvida, para a importância da ativação dos conhecimentos prévios e da elaboração de inferências para o sucesso da leitura, chamando a atenção para a necessidade de se desenvolver um trabalho de leitura que as contemple de forma controlada e consciente. A análise dos conhecimentos prévios e da elaboração de inferências nos processos de compreensão pode auxiliar o professor na tarefa de avaliação do conteúdo que o aluno sabe. Ela pode também auxiliar o professor a mapear os conhecimentos que precisa sedimentar, tanto em relação a um conteúdo avaliado quanto em relação aos conhecimentos a serem construídos anteriormente à introdução de um texto, a fim de garantir a sua compreensão por parte dos alunos.

5. Referências bibliográficas

BRUNER, J. (1983, 2002). *Le développement de l'enfant: savoir faire, savoir dire*. Paris: PUF.

CLARK, L. F.(1985). Social knowledge and inference processing in text comprehension. IN: RICKHEIT, G. & STROHNER, H (eds). *Inference in text processing – advances in psychology 29*. Amsterdam, NY, Oxford: North-Holland.

COIRIER, P; GAONAC'H, D & PASSERAULT, J-M (1996). *Psycholinguistique textuelle – une approche cognitive de la compréhension et de la production des texts*. Paris: Armand Colin.

DUCROT, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.

FAYOL, M. (1992). Comprendre ce qu'on lit: de l'automatisme au contrôle. In: FAYOL, M. *et alli. Psychologie cognitive de la lecture*. Paris: PUF.

FULGÊNCIO, L. E LIBERATO, Y. (2000) *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto.

GIASSON, J. (1990,2000). *A compreensão na leitura*. Porto: Asa.

GRAESSER, A.C. & CLARK, L (1985). The generation of knowledge-based inferences during narrative comprehension. IN: RICKHEIT, G. & STROHNER, H (eds). *Inference in text processing advances in psychology 29*. North Holland: Elsevier Science Publishers B.V.

GRICE, P. (1975). Logic and conversation. IN: Cole, P & Morgan J.L. (eds.). *Syntax and semantics, Vol 3*. New York: Academic Press.

_____. (1991) *Studies in the way of words*. U.S.A.: Harvard University Press.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986). *L'implicite*. Paris: Armand Colin.

KINTSCH, W. (1998). *Comprehension a paradigm for cognition*. New York/Melbourne: Cambridge University Press.

_____. & van DIJK, T.A. (1978) Toward a model of text comprehension and text production. *Psychological Review*, 99.

KLEIMAN, A. (1997). *Texto e leitor aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes.

KOCH, I. G. V. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.

LE NY, J-F. (2004) Éléments de psycholinguistique cognitive:des représentations à la compréhension IN: FUCHS, C. (dir.) *La linguistique cognitive*. Paris: Ophrys.

MARCUSCHI, L. A. (1985) Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo. IN: SILVA, E. T *et alii* (editores). *Leitura: teoria e prática revista semestral da associação de leitura do Brasil*, n°5. Porto alegre: Mercado Aberto.

RICKHEIT,G. & STROHNER, H (eds),(1985). *Inference in text processing – advances in psychologie 29*. Amsterdam, NY, Oxford: North-Holland.

SCHONOTZ, W.(1985) Selectivity in drawing inferences. IN: RICKHEIT, G. & STROHNER, H (eds). *Inference in text processing advances in psychologie 29*. Amsterdam, NY, Oxford: North-Holland.

VAN DIJK, T. A.. (1998). *Ideologia um enfoque multicisciplinário*. Barcelona: Gedisa.